



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS  
Avenida Anchieta, nº 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br  
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB/PMC-SMGC-CMJRAI

## RELATÓRIO

Campinas, 17 de julho de 2025.

### COMISSÃO MISTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CMJRAI

#### Protocolo e-SIC 390/2025

Solicitação de Acesso à Informação

Prezados membros da **CMJRAI**,

Vieram os autos com recurso interposto por **SOLICITANTE** (ora **RECORRENTE**) acerca do seu pedido de informação veiculado no protocolo e-SIC epigrafado.

Com base no **art. 10 do Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que regulamenta os pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que, por sua vez, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, o **RECORRENTE** solicitou inicialmente:

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 390/2025	Tipo Solicitação Inicial	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 22/05/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 10/07/2025 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Prorrogado em: 23/06/2025 por Valéria Cristina Martins dos Santos Motivo: Necessidade de avaliação e ou complementação de resposta
<b>Solicitação</b> A Prefeitura Municipal de Campinas Secretária Municipal de Saúde Setor Responsável pela Estratégia Saúde da Família (ESF) Assunto: <b>Solicitação de Informações sobre as Equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF) da UBS Pe. Anchieta</b> Prezados(a) Senhor(a), Com fundamento na Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), venho respeitosamente solicitar o envio das seguintes informações referentes às 5 equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF) vinculadas à Unidade Básica de Saúde Pe. Anchieta, no período compreendido entre janeiro e maio de 2025: 1. <b>Composição das Equipes</b> : <input type="checkbox"/> Nome e cargo de cada profissional que compõe as equipes (médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, agente comunitário de saúde, dentista, entre outros); <input type="checkbox"/> Microárea e/ou território de cobertura de cada equipe. 2. <b>Escala de Trabalho</b> : <input type="checkbox"/> Escalas de trabalho (dias horários) de cada profissional das 5 equipes; <input type="checkbox"/> Registro de faltas, afastamentos e substituições ocorridos no período solicitado. 3. <b>Número de Visitas Domiciliares Realizadas</b> : <input type="checkbox"/> Relatório mensal do número de visitas domiciliares realizadas por equipe e por profissional; <input type="checkbox"/> Motivo das visitas (rotina, acompanhamento de pacientes crônicos, pacientes acamados, pós-alta hospitalar, saúde mental, entre outros). 4. <b>Cobertura da População</b> : <input type="checkbox"/> Número de famílias e pessoas cadastradas e acompanhadas por cada equipe; <input type="checkbox"/> Percentual estimado de cobertura da população da área de abrangência. 5. <b>Registro de Atendimento e Encaminhamentos</b> : <input type="checkbox"/> Relatório dos atendimentos realizados durante as visitas domiciliares; <input type="checkbox"/> Encaminhamentos feitos para a UBS ou para especialidades; <input type="checkbox"/> Exames solicitados durante as visitas, quando aplicável. 6. <b>Indicadores de Desempenho das Equipes</b> : <input type="checkbox"/> Percentual de gestantes acompanhadas; <input type="checkbox"/> Acompanhamento de pacientes hipertensos e diabéticos; <input type="checkbox"/> Visitas domiciliares a puérperas; <input type="checkbox"/> Acompanhamento da saúde mental e domiciliar de idosos acamados. 7. <b>Fila de Espera para Exames e Atendimentos em Especialidades nas equipes</b> : <input type="checkbox"/> Relatório da fila de espera para exames solicitados p UBS Pe. Anchieta; <input type="checkbox"/> Relatório da fila de espera para atendimentos em especialidades médicas originados da UBS Pe. Anchieta, no mesmo período (janeiro a maio de 2025). O objetivo desta solicitação é contribuir para o monitoramento da qualidade dos serviços prestados e para o desenvolvimento de ações que possam fortalecer a atenção primária à saúde no município. Desde já agradeço a atenção e coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos. Atenciosamente, Adriano Novo			

A **Secretaria Municipal de Saúde (SMS)** ofereceu a seguinte resposta:

## DESPACHO

Campinas, 30 de junho de 2025.

A Diretora de Saúde

Ao Gabinete da Secretaria de Saúde

Em atenção ao pedido de acesso a informação no âmbito da administração Pública, regulamentada pelo decreto municipal 22.170 de 08 de junho de 2022 tenho a informar, em consonância com Art. 4º do decreto municipal, o município de Campinas possui no Portal de Transparência acessado no endereço eletrônico <https://campinas.sp.gov.br/secretaria/gestao-e-controle/pagina/portal-da-transparencia>

Neste portal, o cidadão tem acesso às informações referentes a contas públicas, convênios, emendas parlamentares, gestão de pessoas, fundos municipais, licitações e contratos, planejamento e prestação de contas, informações de saúde dos serviços e acesso a medicações.

Em relação a composição das equipes de saúde e profissionais vinculados aos serviços de saúde é possível consultar o site do CNES acessando [cnes.datasus.gov.br](https://cnes.datasus.gov.br)

Procedimentos de acesso a saúde estão disponíveis no portal de transparência e através do canal de comunicação 160.

Indicadores de saúde e prestação de contas específicas do fundo municipal de saúde estão disponíveis nos relatórios de RDQA e RAG disponíveis no portal de transparência, aba saúde e fundos municipais

Informações sobre convênios e contratos estão disponíveis no portal da transparência.

Em relação às demais informações solicitadas, indefiro a solicitação considerando a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e o inciso III do Art. 5º do decreto municipal por envolver trabalhos adicionais de análise, interpretação ou serviço de produção ou tratamento de dados.

Insatisfeito, o **RECORRENTE** apresentou **recurso em 1ª instância** nos seguintes termos:

Prezados(as),

A página informada na resposta à solicitação não está disponível. Conforme demonstram as telas anexas, ao digitar o endereço indicado, o portal exibe a seguinte mensagem:

"Não encontramos a página que você tentou acessar.  
Faça uma pesquisa no Portal da Prefeitura para localizar o conteúdo!  
Utilize o campo acima para pesquisar serviços, páginas, sites e notícias disponíveis no Portal."

Além disso, com o suporte da Secretaria de Controle, acessei o Portal da Transparência, mas verifiquei que este também não disponibiliza as informações requeridas por meio do E-SIC em questão.

Ressalto que os dados solicitados não se enquadram como dados pessoais sensíveis, conforme definição do art. 5º, inciso III, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 - LGPD), tampouco identificam ou expõem informações pessoais de terceiros.

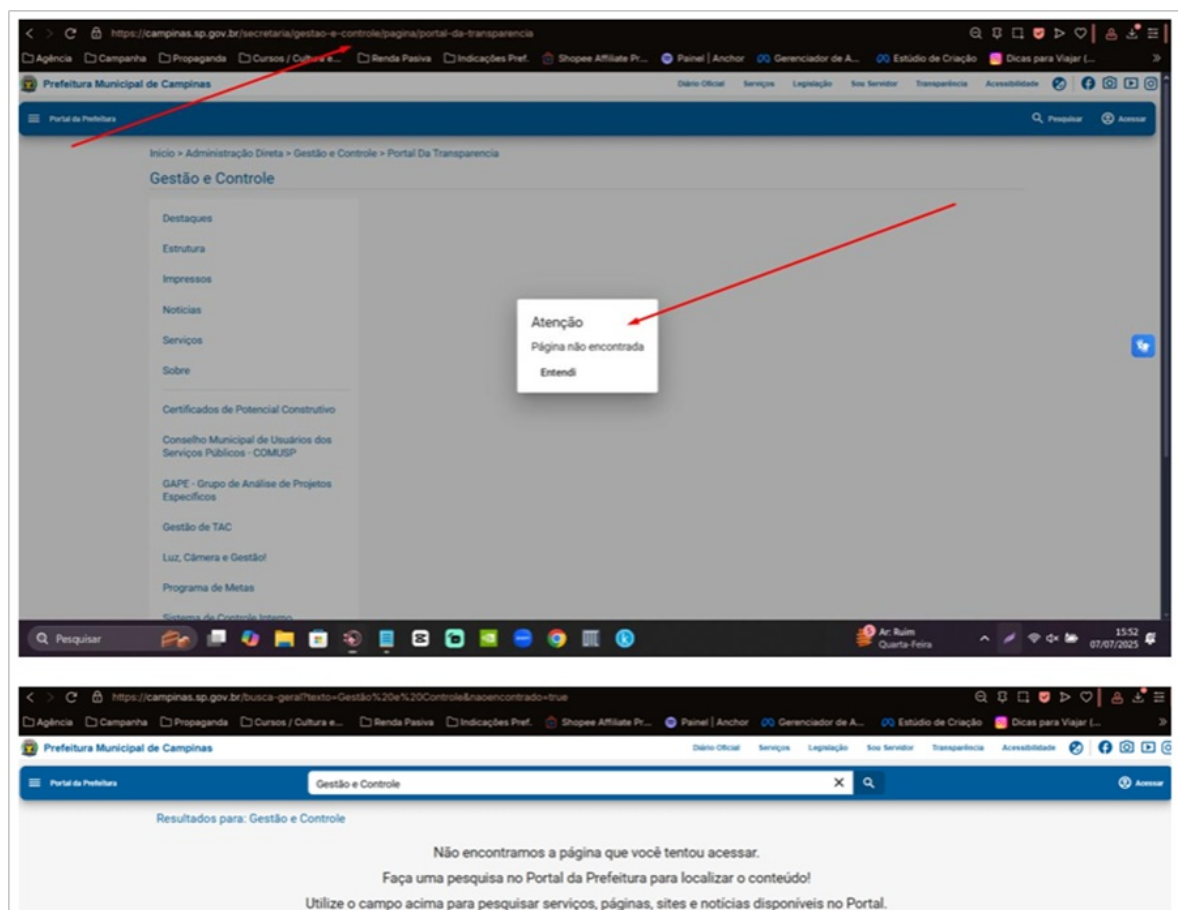
A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 - LAI), em seu art. 3º, estabelece como princípio fundamental a publicidade como regra geral e o sigilo como exceção. Ademais, o art. 7º da mesma lei assegura ao cidadão o pleno acesso à informação de interesse público.

Portanto, a negativa de acesso a dados públicos e não sensíveis pode configurar violação aos princípios constitucionais da publicidade e transparência, previstos no art. 37 da Constituição Federal. Além disso, tal conduta pode, em tese, caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11 da Lei nº 8.429/1992, por atentar contra os deveres de honestidade, imparcialidade e legalidade na administração pública.

Diante do exposto, requeiro a imediata revisão da negativa e o consequente deferimento do acesso integral às informações solicitadas, sob pena de adoção das medidas legais cabíveis, incluindo a comunicação ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, para apuração de eventual conduta irregular ou omissiva por parte do órgão responsável.

Atenciosamente,

Ao recurso, o **RECORRENTE** anexou a tela de erro do Portal da Transparência Municipal:



O recurso, encaminhado à **SMS**, obteve a decisão, cujos trechos transcrevemos:



## DESPACHO

Campinas, 15 de julho de 2025.

Em atenção ao recurso de acesso a informação, no âmbito da administração Pública, regulamentada pelo decreto municipal 22.170 de 08 de junho de 2022 tenho a informar, em consonância com art 4º do referido decreto, que o município de Campinas disponibiliza, no Portal da Transparência, acessível pelo endereço eletrônico <https://transparencia.campinas.sp.gov.br/> diversas informações de interesse público.

(...)

As informações referentes ao item 1 (composição das equipes) pode ser encontrado no site do CNES. Outro caminho é consultar o site da prefeitura municipal de Campinas pelo caminho descrito abaixo. Desta forma o cidadão encontra tanto os dados do item 1 quanto os dados do item 2 (escala de trabalho):

acessar: <http://campinas.sp.gov.br>, clicar no menu, escolher administração direta e depois opção saúde. nesta pagina escolher a opção unidades de saúde e depois centros de saúde. Na sequência escolher o distrito de saúde a qual pertence a unidade. Abrirá uma página com todos os centros de saúde daquele distrito. Encontrar a unidade desejada e clicar no "saiba mais" a direita. No canto direito aparecerá o ícone lista de profissionais com as informações pretendidas.

O Item 3 (Relatório de visitas domiciliares realizadas) é registrado de forma individualizada no prontuário do paciente que recebe a visita, documento este com dados sensíveis e restritos no acesso a informação aos profissionais de saúde responsáveis pelo cuidado do usuário.

O item 4 (cobertura populacional) pode ser encontrado dentro do RAG (Relatório Anual de Gestão) citado acima.

O item 5 e 7 (registro de atendimento, encaminhamento fila de espera para exames e especialidades) são pedidos realizados de forma generalizada. Mantenho indeferimento visto que o sistema de saúde realiza diferentes modalidades de atendimento, encaminhamentos, exames. O levantamento de todos esses dados (como solicitado de forma genérica) envolve análise em diferentes sistemas de dados e Departamentos sendo necessária a paralização da rotina de trabalho de mais de um servidor para realização de levantamento em bancos de dados. Além disso, todos estes sistemas possuem dados sensíveis dos usuários do sus e só podem ser acessados por profissional de saúde envolvido no cuidado do mesmo.

A de se considerar a diferença do conceito de dados e informação. Dados são fatos ou números brutos enquanto informação é a organização e interpretação de dados que gere significado e contexto. Causa-nos extrema preocupação a utilização de dados brutos como informação pelo risco de interpretação fora de contexto e conhecimento técnico. No formato apresentado, o cidadão em tela solicita dados e não informação.

A fim de evitar enganos na interpretação de dados, considerando que o solicitante manifestou o interesse de contribuir para o monitoramento da qualidade dos serviços prestados e para o desenvolvimento de ações que possam fortalecer a atenção primária à saúde no município, e considerando o item 6 (indicadores de desempenho das equipes), sugiro que este acompanhamento possa ser realizado pelo indicadores de saúde disponíveis nos Relatórios Gerais de Gestão (RAG) e RDQA (relatórios trimestrais de gestão) dentro do Portal de transparência da prefeitura. Em que pese esses dados serem gerais ao município, estes são as informações adequadas para o monitoramento solicitado pelo cidadão.

Finalmente, considerando o exposto acima, reitero que o indeferimento dos itens 5 e 7 se enquadra no artigo 5º, incisos I, II e III do decreto municipal 22.170 de 08 de junho de 2022.

Irresignado, o **RECORRENTE** ingressa em **2ª e última instância**, com exposição da fundamentação e pedido final, nas seguintes linhas:

#### Fundamentação do Recurso:

1. A Secretaria Municipal de Saúde limitou-se a indicar genericamente o Portal da Transparência (<https://transparencia.campinas.sp.gov.br>), sem qualquer detalhamento de caminho para acesso às informações requeridas. Realizei buscas detalhadas, sem encontrar qualquer dado relacionado ao objeto da minha solicitação.
2. O CNES (<https://cnes.datasus.gov.br>) mencionado na resposta trata exclusivamente de informações cadastrais dos estabelecimentos e não contempla informações relativas à composição de equipes, microáreas, escalas, visitas domiciliares ou filas de espera.
3. A orientação para atendimento via telefone 160 contraria frontalmente o princípio da desburocratização previsto na LAI, já que o E-SIC existe para garantir o acesso formal e transparente às informações públicas.
4. Os relatórios RDQA e RAG também foram apontados sem indicação clara de caminho de acesso no portal da transparência e não contemplam as informações requeridas no escopo do meu pedido.
5. A classificação genérica da informação como “dado sensível” carece de respaldo legal, pois o pedido se refere a informações de interesse coletivo, sem identificação de pacientes, sendo plenamente possível o fornecimento mediante anonimização, nos termos do artigo 31, §3º da LAI.

#### Pedido Final:

Diante do exposto, reitero integralmente o meu pedido inicial, solicitando o fornecimento das informações solicitadas, em formato digital acessível (preferencialmente planilha Excel ou CSV), nos termos da Lei nº 12.527/2011.

Requeiro, ainda, que caso a informação solicitada seja inexistente ou não registrada pelo órgão, tal situação seja expressamente declarada, conforme dispõe a LAI.

Por fim, peço deferimento, considerando o direito fundamental à transparência pública e ao acesso à informação.

É o Relatório do necessário.
























**Compete a esta CMJRAI**, composta pelos membros nomeados pela **Portaria 104.485/2025**, **julgar os recursos interpostos, em última instância**, no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos do art. 31, *caput*, do Decreto nº 22.170/2022.

O presente **RECURSO COMPORTA PARCIAL ACOLHIMENTO**.

Isso porque até o momento a **RECORRENTE** não teve sua solicitação inicial plenamente atendida. Vejamos.

#### 1. Composição das Equipes:

A SMS informa que a composição das equipes pode ser encontrada no **site do CNES** e, seguindo esse caminho, pudemos localizar no link <https://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/ficha/equipes/3509502023091> a formação das equipes, clicando no link ao lado do nome das Equipes:

INE	Nome da Equipe	Tipo da Equipe	ativação	desativação	DETALHES
0002206285	EMULTI ANCHIETA	EMULTI - EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NA AT. PRIMARIA A SAUDE	01/09/2021		  
0000322725	EQUIPE VERMELHA	ESF - EQUIPE DE SAUDE DA FAMILIA	30/09/2013		 
0001543520	EQUIPE I	ESF - EQUIPE DE SAUDE DA FAMILIA	11/08/2014		 
0002039397	ESB JASMIN	ESB - EQUIPE DE SAUDE BUCAL	29/06/2020	28/11/2024	  
0000322717	EQUIPE II	ESF - EQUIPE DE SAUDE DA FAMILIA	25/07/2017		 
0000322709	NASF ANHANGUERA	NASF1 - NUCLEO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA-NASF MODALIDADE 1	19/07/2011	04/10/2012	  
0002039370	ESB ORQUIDEA	ESB - EQUIPE DE SAUDE BUCAL	29/06/2020		  
0002298333	ESB GIRASSOL	ESB - EQUIPE DE SAUDE BUCAL	20/01/2023		  
0000322733	EQUIPE IV	ESF - EQUIPE DE SAUDE DA FAMILIA	05/02/2020		 

Profissionais da Equipe

Como exemplo, temos na Equipe I:

#### Equipes - Identificação dos Profissionais

INE: 0001543520      Tipo de Equipe: 70 - ESF - EQUIPE DE SAUDE DA FAMILIA      Nome da Equipe: EQUIPE I									
Profissionais Ativos					Carga Horária				
Nome	CNS	CBO	Ocupação		Hospitalar	Ambulatorial	Outras	Data Entrada	Data de Desligamento
DANIELE ALVES DE ARRUDA	700109937561411	515105	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE		0	40	0	19/11/2015	
DENISE ZANON OLIVEIRA	704609172032628	225142	MEDICO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA		0	40	0	18/08/2022	
GENIVAL DA SILVA	703402527435500	223565	ENFERMEIRO DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA		0	40	0	14/02/2024	
MARCOS RENATO OLIVEIRA	702400540900327	322250	AUXILIAR DE ENFERMAGEM DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA		0	40	0	12/01/2018	
NATHALIE REGINA BUENO COQUEIRO	701804238053171	515105	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE		0	40	0	11/08/2014	
NEIDE ROSSIQUE DE LIMA	705007871696551	322250	AUXILIAR DE ENFERMAGEM DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA		0	40	0	27/04/2015	
PATRICIA SILVA PEREIRA	706000833910748	322245	TECNICO DE ENFERMAGEM DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA		0	40	0	23/03/2023	
SILVIA CRISTINA ANDRETTA DOS SANTOS	705003224094554	322250	AUXILIAR DE ENFERMAGEM DA ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA		0	40	0	11/08/2014	

Basta ao **RECORRENTE** acessar as demais equipes para identificar os respectivos profissionais.

## 2. Escala de Trabalho:

Para essa informação, a SMS orientou acessar o link Administração Direta – Saúde – Unidades de Saúde - Centros de Saúde – no caso Distrito Norte para localizar o Centro de Saúde Vila Padre Anchieta em <https://campinas.sp.gov.br/secretaria/saude/pagina/centros-de-saude>:



31 - Centro de Saúde "José Carlos Bonfá" - Vila Padre Anchieta

CNES: 2023091

Coordenação: Lucas Félix Calandrin

Endereço: Avenida Papa João Paulo II, nº 640 - Vila Padre Anchieta - CEP 13068-219

Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 7h às 19h

Email: saude.cspadreachieta@campinas.sp.gov.br

Telefone: (19) 3281-3009 / 3281-6737

Whatsapp: (19) 3281-3009

SAIBA MAIS

Através do link "Saiba Mais", o **RECORRENTE** terá acesso a <https://campinas.sp.gov.br/secretaria/saude/pagina/centro-de-saude-vila-padre-anchieta> com informações do número do CNES, área de abrangência e, ainda, através do link "Lista de Profissionais", aos profissionais e suas escalas de trabalho:

Centro de Saúde - "José Carlos Bonfá"  
(Vila Padre Anchieta)

CNES: 2023091

Lista de profissionais

Coordenação: Lucas Félix Calandrin

Endereço: Avenida Papa João Paulo II, nº 640 - Vila Padre Anchieta - CEP 13068-219

Telefone: (19) 3281-3009 / 3281-6737

Whatsapp: (19) 3281-3009

Fax: (19) 3281-4410

E-mail: saude.cspadreachieta@campinas.sp.gov.br

Horário de Funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 7h às 19h

Vínculo: Distrito de Saúde Norte

Área de abrangência

Nova Aparecida, Vila Padre Anchieta, CDHU-F, Renascença I e II, Vila Francisca, Vila Penteado, Chácaras Mendonça, Chácaras Anhanguera, Parque Maria Helena, Padre Josimo.

Da primeira folha da Lista de Profissionais temos:

RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS

UNIDADE	Centro de Saúde Anchieta	HORÁRIOS			DATA
		Seg a sex	Sáb	Dom	
DISTRITO	Distrito Norte	07:00 às 19:00			17/06/2025

NOME	MATRÍCULA	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HORÁRIO DE TRABALHO						
				SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM
ARIANA DAVID WENCESLAU	1376780	DENTISTA	36h	07:00 às 13:00	07:00 às 12:00 - 13:00 às 17:00	07:00 às 12:00 - 13:00 às 17:00	07:00 às 13:00	07:00 às 13:00		
ARIANA JACQUELINE CELESTE DE MORAIS	1215337	ENFERMEIRO	36h	07:00 às 13:00	07:00 às 13:00	07:00 às 12:00 - 13:00 às 17:00	07:00 às 13:00	07:00 às 13:00		
ARIANA MARTINS	1304208	TECNICO ENFERMAGEM	36h	13:00 às 19:00	13:00 às 19:00	09:00 às 12:00 - 13:00 às 19:00	13:00 às 19:00	09:00 às 12:00 - 13:00 às 19:00		
BIANCA VANZAN NUNES	1440020	MEDICO GERAL	36h	09:00 às 12:00 - 13:00 às 19:00	09:00 às 12:00 - 13:00 às 19:00	07:00 às 13:00	13:00 às 19:00	13:00 às 19:00		
CELIA REGINA CHRISPIM COTRIM DE OLIVEIRA	351296	AUX. ENFERMAGEM	36h	07:00 às 12:00 - 13:00 às 15:12	07:00 às 12:00 - 13:00 às 15:12	07:00 às 13:00	07:00 às 12:00 - 13:00 às 15:12	07:00 às 13:00		
CIBELE SAYURI FUKAMICHI FAZOLI	1398075	DENTISTA	36h	07:00 às 12:00 - 13:00 às 17:00	07:00 às 13:00	07:00 às 13:00	07:00 às 13:00	07:00 às 13:00		
CIRO HUGO ELNATAN DE SOUZA SANTOS	1408372	NUTRICIONIST A	36h		08:00 às 12:00 - 13:00 às 18:00		08:00 às 14:00			

Pág. 1 de 8

Há 8 páginas com a relação de funcionários e horário de trabalho.

### **3. Número de Visitas Domiciliares Realizadas:**

Relativamente ao número de visitas realizadas, a **SMS limitou-se a informar que os relatórios de visitas são registrados de forma individualizada no prontuário do paciente**, que contém dados sensíveis e restritos.

No entanto, o **RECORRENTE** solicita **Relatório mensal do número de visitas domiciliares realizadas por equipe e por profissional e o motivo das visitas**, no período de janeiro a maio/2025, e **não o relatório individual dos pacientes**. Dessa sorte, a **informação requerida de forma genérica não envolve dados sensíveis, devendo ser prestada ao RECORRENTE**.

### **4. Cobertura da População e 6. Indicadores de Desempenho das Equipes:**

Para esse item, a SMS orienta o acesso ao **Relatório Anual de Gestão (RAG)** e aos **Relatórios Quadrimestrais de Gestão (RDQA)** mas **não menciona o link específico para a obtenção dessas informações**. Não localizamos esses relatórios na aba “saúde” e “fundo municipal” do Portal da Transparência, segundo mencionado pela Pasta. Então, **razão assiste ao RECORRENTE quando afirma que tais relatórios “foram apontados sem indicação clara de caminho de acesso no portal da transparência”**.

### **5. Registro de Atendimentos e Encaminhamentos e 7. Fila de Espera para Exames e Atendimentos em Especialidades nas equipes:**

Quanto a esses itens, a **SMS justifica serem pedidos realizados de forma genérica**, cujo levantamento de todos os dados **envolve análise de diferentes sistemas de dados e Departamentos**, o que **requer a paralisação de trabalho de mais de um servidor**. Ressalta que todos esses **sistemas são acessíveis por profissionais de saúde envolvidos**, por possuírem **dados sensíveis dos usuários do SUS**.

Segundo o **Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que dispõe sobre a regulamentação dos pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, disponível em <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/138963>, especialmente seu art. 5º, III, não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

Art. 5º Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados;

III - **que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade;**

IV - que contenham pedido de acesso à informação envolvendo mais de 1 (uma) secretaria ou entidade;



V - que configure solicitação de cópia integral ou parcial de documento ou processo administrativo, que possa ser atendida por solicitação de certidão de inteiro ou parcial teor, nos termos do [Decreto Municipal nº 21.799](#), de 25 de novembro de 2021.

§ 1º Na hipótese do inciso III do caput deste artigo, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação, obtenção ou tratamento de dados.

O dispositivo guarda semelhança com o **art. 13, inciso III, do Decreto Federal nº 7.724/2012**, que regulamenta a LAI em âmbito federal, a saber:

**Art. 13. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:**

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - **que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.**

Parágrafo único. **Na hipótese do inciso III do caput, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.**

Sobre essa hipótese legal, colacionamos o **Manual da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – Módulo 2 – Negativas de acesso à informação – Brasília 2017**, pp. 10/11:

*Por sua vez, em relação ao não atendimento do pedido diante da necessidade de trabalhos adicionais, duas hipóteses são previstas no art. 13, III, do Decreto nº 7.724/2012:*

*a) trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações;*

*b) serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.*

A primeira hipótese está relacionada com a situação em que o órgão ou a entidade pública possui as informações solicitadas, mas elas não estão dispostas nos moldes pretendidos pelo cidadão. Diversos aspectos podem configurar a divergência entre a pretensão do solicitante e a forma como a instituição dispõe da informação. Um exemplo dessa situação é o caso em que o cidadão demanda a organização dos dados em modelo, software ou indicadores não existentes no órgão ou entidade pública.

No segundo caso, pode-se indicar a hipótese em que a resposta ao pedido demande atividades (como a coleta, o agrupamento e a análise de documentos) que não estejam dentre as competências da instituição.

Nas duas hipóteses, o órgão ou a entidade pública deve indicar o local onde se encontram as informações demandadas, de maneira que o cidadão possa, ele próprio, realizar o trabalho de análise, interpretação e consolidação dos dados. Entretanto, caso o órgão recorrido tenha conhecimento de que, dentre as informações sobre as quais o cidadão fará sua pesquisa, existam informações de caráter sigiloso ou protegidas por salvaguardas legais, o cidadão não poderá ter acesso direto a tais informações, podendo pesquisá-las somente após trabalho de análise e triagem que oculte as partes sigilosas.

Assim, considerando a justificativa da SMS de que as informações solicitadas envolvem trabalhos adicionais de análise, interpretação e consolidação de dados constantes em banco de dados restritos, **o Município está desobrigado de produzir a informação nos moldes requisitados.**

Nesse norte, **VOTO PELO DEFERIMENTO PARCIAL DO RECURSO**, de sorte a possibilitar o retorno dos autos à **SMS** para a **disponibilização à RECORRENTE das informações faltantes**, quais sejam:

**3. Número de Visitas Domiciliares Realizadas**, com a juntada do relatório mensal do número de visitas domiciliares realizadas por equipe e por profissional e o motivo das visitas, no período de janeiro a maio/2025; e

**4. Cobertura da População e 6. Indicadores de Desempenho das Equipes**, mencionando o link específico para a obtenção dessas informações no Relatório Anual de Gestão (RAG) e aos Relatórios Quadrimestrais de Gestão (RDQA) e os itens correspondentes.

**Esse o voto**, que submeto aos demais membros da Comissão Mista de Julgamento de Recursos de Acesso à Informação para votação, observado o art. 17 do Regimento Interno da **CMJRAI** (Resolução nº 01, de 17 de novembro de 2022). <sup>[1]</sup>

**FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE**  
Procuradora Municipal -OAB/SP: 134.974  
Membro e Relatora da CMJRAI

<sup>[1]</sup> (“Art. 17. Dentro do prazo, os membros titulares deverão analisar o voto da Relatoria, votar e, em caso de discordância com o voto do relator, fundamentar seu voto contrário e encaminhar ao presidente da comissão.”)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974**, **Relator(a) da CMJRAI**, em 18/07/2025, às 00:09, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **15505092** e o código CRC **883DE8BB**.